

Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina: uma crítica à visão liberal de Estado, Democracia e Sociedade Civil

Marcos Antonio da Silva¹ e Guillermo Alfredo Johnson²

Resumo

A persistência da relação imperialista na qual América Latina se encontra sustenta-se, entre outros elementos materiais e imateriais, na disseminação de uma cultura política que afirma e reproduz valores liberais. Neste sentido, esboçamos elementos para uma análise crítica das concepções hodiernamente hegemônicas de Estado, democracia e sociedade civil. Para tanto, discute a natureza e as características do imperialismo neoliberal e constata que, apesar de seu fracasso econômico evidenciado pelas crises do capitalismo central, sua vitalidade no plano ideológico-cultural continua determinando grande parte da ação política contemporânea, mantendo hegemônico. A partir disto, procura-se realizar um balanço crítico das concepções político-ideológicas do imperialismo e dos valores culturais e políticos produzidos e reproduzidos em torno da visão de Estado, Democracia e Sociedade Civil que o mesmo conseguiu implementar na América Latina no final do século XX. Mesmo hegemônicas, a análise demonstra que tais concepções mascaram a dominação do capital e que a crítica político-ideológica é fundamental para o desenvolvimento das lutas anti-capitalistas.

Palavras-Chave: Imperialismo neoliberal. América Latina. Hegemonia cultural. Democracia.

Neoliberalismo y Cultura Política en América Latina: una crítica a la visión liberal del Estado, de la democracia y de la sociedad civil

Resumen

La persistencia de la relación imperialista e la cual está América Latina se sustenta, entre otros elementos materiales e inmateriales, en la diseminación de una cultura política que afirma y reproduce valores liberales. En ese sentido, esbozamos elementos para un análisis crítica de las concepciones hodiernamente hegemónicas de Estado, democracia e sociedad civil. Para tanto, discute la naturaleza y las características del imperialismo neoliberal y constata que, además de su fracaso económico evidenciado por las crisis del capitalismo central, su vitalidad en el plan ideológico-cultural sigue determinando grande parte de la acción política contemporánea, manteniendo la hegemonía. Desde ahí se hace un balance crítico de las concepciones político-ideológicas del imperialismo y de los valores culturales y políticos producidos y reproducidos en torno a la visión de Estado, Democracia y Sociedad Civil que el mismo ha conseguido implementar en América Latina al final del siglo XX. Aún hegemónicos, los análisis demuestran que tales concepciones mascaran la dominación del capital y que la crítica político-ideológica es fundamental para el desarrollo de las luchas anti-capitalistas.

Palabras-Claves: Imperialismo neoliberal. América Latina. Hegemonía cultural. Democracia.

¹ Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do LIAL (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina/UFGD).

² Professor do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e coordenador do LIAL (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina).

Neoliberalism and Political Culture in Latin America: a critique to the liberal view of State, democracy and civil society

Abstract

The persistence of the imperialist relationship in Latin America is sustained by the dissemination of a political culture, amongst other material and immaterial elements. This culture assures and reproduces liberal values. From this context, we outline some elements to a critical analysis of the hegemonic conceptions of State, democracy and civil society in our times. In order to do so, we discuss the nature and the features of neoliberal imperialism and we find that, besides its economic failure, highlighted by the crisis of central capitalism, its vitality in the ideological-cultural plan keeps determining great amount of the contemporary political action, keeping it hegemonic. From this point, we propose a critical balance of the political-ideological conceptions of imperialism and of the cultural and political values produced and reproduced around State, democracy and civil society which it has implemented in Latin America at the edge of XXth. Century. The analysis held show that, even hegemonic, those conceptions mask the domination of capital and that political-ideological critique is essential to the development of anti-capitalist struggles.

Keywords: Neoliberal imperialism. Latin America. Cultural hegemony. Democracy.

Introdução

“Na América Latina, os sistemas políticos há muito têm sido estabelecidos e mantidos com o propósito de limitar as exigências populares” (STEIN, 1977, p. 148)

Desde que o velho Marx apontou em a Ideologia Alemã que “As idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante”, o pensamento crítico tem-se dedicado ao estudo da ideologia burguesa, produzindo inúmeras análises clássicas que se somam ao estudo do imperialismo (Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Trotski e mais recentemente Althusser, Borón, Jameson, Mezaros, entre outros). A tais análises, no contexto latinoamericano, pode-se combinar a afirmação acima de Stein (1997) que aponta que na América Latina os sistemas políticos correspondem aos interesses dos grupos dominantes, em detrimento dos setores populares e revolucionários, o que implica na elaboração de uma ideologia política calcada nestes valores.

Em sua face mais recente, o imperialismo sob a roupagem neoliberal atuou como uma reação a determinados elementos que caracterizaram o capitalismo central no século XX, como o Estado de Bem-Estar Social, e a experiência do socialismo real procurando instituir uma

ideologia que pudesse representar (e legitimar) em diferentes planos sua aplicação no cotidiano da política.

Este trabalho discute alguns elementos da cultura política do Imperialismo Neoliberal e seu impacto na América Latina, desenvolvendo uma crítica sobre alguns conceitos fundamentais da atividade política e sua aplicação no período. Desta forma, procura-se inicialmente caracterizar a atuação ideológica do imperialismo na esfera da política e, em seguida, procede-se a crítica dos conceitos de Estado, Democracia e Sociedade Civil, que se constituíram nos pilares de afirmação desta ideologia no campo da política.

Neoliberalismo e Cultura Política na América: a vigência do consenso

O imperialismo é parte constitutiva do capitalismo, sendo que não se compreende este sem a percepção desta relação, como aponta Amin (2007, p. 15), “o imperialismo, então, não é um estágio – nem mesmo o estágio supremo – do capitalismo. Ele é, desde a origem, imanente à sua expansão. A conquista imperialista do planeta pelos europeus e seus filhos norte-americanos se desdobrou em dois tempos e dá início talvez a um terceiro”. Esta característica foi ampliada no século passado, a ponto de Sader (2000, p. 27) afirmar que, “se o colonialismo havia sido o fenômeno essencial para compreender a história da humanidade nos séculos anteriores, o século XX será o século do imperialismo”.

Neste sentido, como traço fundamental do capitalismo contemporâneo, o imperialismo atravessou diversos momentos e atuou com diversas estratégias procurando garantir, sempre, e expandir o domínio do capital. Na atualidade, a ação imperialista apesar de emergir com novos traços, continua sendo um dado fundamental para a compreensão da dinâmica política, como aponta Casanova (2005, p. 15):

A verdade é que hoje, mais do que nunca, o conceito do imperialismo como uma etapa do capitalismo e da História da humanidade continua sendo um conceito fundamental. Ao articular a História dos impérios com a História das empresas, o conceito de "imperialismo" pôs a descoberto o poder crescente das empresas monopolistas e do capital financeiro. Também reformulou a luta antiimperialista combinando a luta das nações oprimidas com a luta das classes exploradas.

Esta nova face do imperialismo contemporâneo, modelado em sua face liberal, conseguiu articular, com evidente sucesso, os interesses do capital monopolista com o financeiro. Apesar de seu evidente impacto econômico, com o desenvolvimento de um receituário que em grande medida, contribuiu para o processo de financeirização (o cassino global, segundo KURZ, 1997) como o elemento mais evidente do atual estágio do capitalismo contemporâneo, o Neoliberalismo se apresentou como uma ideologia que, fundamentada em um conjunto de medidas, poderia promover a paz e a prosperidade mundial. De acordo com Levy e Duménil (2007), o neoliberalismo representa uma nova fase no capitalismo contemporâneo, que se impôs a partir dos anos 80, em que se destacam três aspectos, considerando os países centrais: uma dinâmica mais favorável as mudanças tecnológicas e da rentabilidade, a criação de renda em favor das classes mais abastadas e a redução da taxa de acumulação.

Para tanto, o imperialismo atual, fundamentou-se num conjunto de objetivos que, como aponta Casanova (2005, p. 11), podem-se ser sintetizadas da seguinte forma:

A globalização neoliberal iniciada no fim do século XX também teve como objetivos centrais: a privatização dos recursos públicos; a desnacionalização das empresas e patrimônios dos Estados e povos; o enfraquecimento e a ruptura dos compromissos do Estado social; a "desregulagem" ou supressão dos direitos trabalhistas e da previdência social dos trabalhadores; o desamparo e a desproteção dos camponeses pobres em benefício das grandes companhias agrícolas, particularmente as dos Estados Unidos; a mercantilização de serviços antes públicos (como a educação, a saúde, a alimentação, etc.); o depauperamento crescente dos setores médios; o abandono das políticas de estímulo aos mercados internos; a instrumentação deliberada de políticas de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" com o fim de "tirar do mercado" globalizado os competidores das grandes companhias.

No campo da economia, tais medidas foram marcadas pela crítica a toda e qualquer forma de intervenção estatal e a valorização (e promoção) de política de desregulamentação, seja em âmbito doméstico ou internacional. As ciências sociais foram inundadas por autores e conceitos que procuraram justificar o novo momento, minimizando a perspectiva crítica. Esta euforia pode ser exemplificada na obra, apenas para citar um caso emblemático, de Francis Fukuyama (1992) que afirmou a chegada do "fim da história", apontando para a afirmação dos valores burgueses

como único horizonte histórico possível para a humanidade e afirmando que estávamos assistindo a emergência de uma era de paz e prosperidade jamais alcançadas.

Se o impacto de tais medidas foi avassalador, se a crença nesta era de paz e prosperidade parecia inundar o cotidiano, os resultados demonstraram a verdadeira face do imperialismo contemporâneo. Além de persistência (talvez o aumento) dos conflitos bélicos ao redor do planeta e sua intensa crueldade, mesmo no campo da economia o resultado de décadas de adoção de políticas liberais aponta para um grande fracasso. Além dos problemas relacionados ao desemprego, a destruição ambiental, ao aumento da desigualdade que atinge tanto os países centrais como os periféricos, o imperialismo neoliberal conduziu o mundo a diversas, e cada vez mais profundas, crises econômicas. Em suma, não houve a propalada era de paz e prosperidade.

Na América Latina, o impacto econômico e social, depois de pelo menos duas décadas de aplicação das políticas neoliberais não foi diferente. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo provocou uma hecatombe social na região com aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade, entre outros aspectos.

Com o advento do século XXI, a América Latina, depois de décadas de combate do neoliberalismo, viu surgir ou se consolidar governos alternativos que, em maior ou menor medida, procuravam superar o programa neoliberal dos anos anteriores. Deste modo, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Lula no Brasil, Tabaré Vasquez (e depois, Mujica) no Uruguai, Fernando Lugo no Paraguai, os Kichner (Nestor e Cristina) na Argentina³, entre outros, pareciam apontar para a superação do neoliberalismo como política predominante e a emergência de alternativas populares que poderiam ajudar a superar os dilemas da região. Para muitos, a chegada ao poder destes governantes poderia representar uma superação da política neoliberal e a construção de um caminho alternativo. No entanto, cabe perguntar se isto efetivamente ocorreu, ou se o neoliberalismo continua presente, principalmente no campo da ideologia e cultura política.

Apesar de seu fracasso no âmbito econômico deve-se questionar se assistimos ao efetivo esgotamento do neoliberalismo em todos os planos? Ou, em outros termos, o fracasso econômico representou um fracasso no plano político-ideológico?

³ Uma interessante análise sobre estes governos pode ser encontrada em Ayerbe (2008).

Neste sentido, é importante levar em consideração a análise de Borón (1999), apontando que a supremacia do neoliberalismo representou muito mais uma vitória ideológico-cultural que econômica. Ou seja, se no plano econômico o neoliberalismo enfrenta fortes questionamentos e vê emergir políticas econômicas intervencionistas já no plano ideológico-cultural sua vitalidade está longe de se esgotar.

Neste plano, o neoliberalismo se tornou hegemônico ao promover quatro modificações nas estruturas e na atuação política: a mercantilização de direitos e prerrogativas sociais, que passaram a ser percebidos como bens e serviços, portanto, analisados sob a ótica do mercado; um processo de culpabilização e satanização do Estado, que passou a ser responsabilizado pela ineficiência e retrocesso, enquanto o mercado era exaltado como o lócus das atividades benéficas; uma nova sensibilidade e mentalidade social (a manufatura do consenso na visão de CHOMSKY, 2002) que aponta o capitalismo e seu modo de vida como único horizonte histórico possível e o consumismo como a medida do bem-estar e da existência humana; convencimento de amplos setores de que não existem alternativas viáveis ao capitalismo, impondo um programa e naturalizando as desigualdades e outras conseqüências da expansão imperialista (BORON, 1999).

Em suma, estes elementos, ainda presentes na realidade contemporânea, mesmo com o fracasso econômico do neoliberalismo, contribuíram para que a atual ordem capitalista passasse a ser percebida como uma ordem natural e, como tal, aceita como a única possível, pois:

A operação ideológico-cultural fecha hermeticamente o círculo aberto pela ofensiva econômica e política do grande capital: na apenas se diz que a escravidão do trabalho assalariado não é assim, mas que é a ordem natural das coisas, como, além disso, é rejeitado como ilusórias fantasias todo discurso que se atreva a dizer que a sociedade pode se organizar de outra maneira (BORON, 1999, p. 12).

Ainda, sob uma perspectiva próxima (a distinção centro-periferia), porém distinta do pensamento crítico, é importante retomar a análise desenvolvida por Guimarães (1999) sobre a política internacional contemporânea e suas dimensões. Neste sentido, a principal característica do mundo contemporâneo (pós- guerra fria) seria a consolidação de Estruturas Hegemônicas.

O conceito de estruturas hegemônicas é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organização internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais. (GUIMARÃES, 1999, p. 28)

Portanto, tais estruturas serviriam para abarcar complexos mecanismos de dominação, sob ação coordenada de diversos atores hegemônicos pelo capital que desenvolvem diversas estratégias (políticas e ideológicas) para a manutenção do status quo. Estas estratégias, que contribuem para a preservação e expansão da ordem capitalista, são desenvolvidas em diversos planos e marcadas por diversos elementos.

A primeira se refere à política de expansão das agências internacionais que procuram normatizar as relações políticas e econômicas, determinando o que é permitido e legal tanto no plano internacional como nos países. Desta forma, passam a ter legitimidade políticas de monitoramento de governos e organismos em todos os cantos do planeta e a condenação, sob o aspecto da legalidade e legitimidade, de práticas alternativas. Neste sentido, também aponta Villa (2002, p. 56): “não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator”.

A segunda estratégia, baseada na cooptação e fragmentação, se refere à inclusão de novos atores como sócios menores, isolando e condenando eventuais contestadores e/ou apoiando demandas que fragmentam a coesão nacional ou a percepção de que determinadas demandas são convergentes.

A terceira e, neste caso, mais importante estratégia das estruturas hegemônicas é a *geração e a difusão de ideologias*, em geral apresentadas como neutras, imparciais e objetivas, portanto, verídicas e verossímeis. Novamente, as agências internacionais se constituem no espaço de geração e legitimação, apresentando modelos e propostas que devem ser incorporados por todos. Ainda, nesta estratégia, verifica-se que o processo de formação das elites (políticas e econômicas, principalmente) é organizado a partir da difusão cultural e de um conjunto de medidas (bolsas, visitas, cursos, palestras...) que colonizam o desenvolvimento do conhecimento ao apontar como referência fundamental (muitas vezes única), nas diversas áreas disciplinares, autores e conceitos simpáticos à ordem capitalista. Finalmente, a difusão ideológica é amplificada

pelos meios de comunicação, refratários ao pensamento crítico, que naturalizam o modo de produção capitalista, influenciando padrões de comportamento e gerando uma visão de mundo conformada á realidade existente.

Em suma,

as estruturas hegemônicas vem procurando consolidar sua extraordinária vitória ideológica, política e econômica por meio da expansão de sua influência e ação em todo o mundo, em especial sobre os territórios que estiveram, até recentemente, sob organização socialista e sobre aqueles territórios da periferia aos quais haviam elas taticamente permitido “desvios” de organização econômica e política no período mais acirrado da disputa com o modelo socialista alternativo” (GUIMARÃES, 1999, p. 29).

Desta forma, pode-se afirmar que o imperialismo neoliberal apesar de seu evidente fracasso está longe de se esgotar. Se no plano econômico parece consolidar espaços e mecanismos intervencionistas e de distribuição de renda, ainda que incipientes, no plano político e cultural a vitalidade do imperialismo ainda é predominantes. Isto se deve a manutenção da força hegemônica neste plano e a profundidade das aspirações político-ideológicas desenvolvidas, bem como a incapacidade dos setores alternativos de formular uma crítica e uma estratégia alternativa eficaz. Sendo assim, torna-se necessário retomar as concepções imperialistas sobre três elementos fundamentais da política que, em nossa concepção, necessitam ser revisitados e submetidos a uma análise crítica que contribua para desvendar seu funcionamento e impacto. Portanto, na próxima seção, procuramos discutir a noção de Estado, Democracia e Sociedade Civil apresentados pelos teóricos da hegemonia neoliberal e submetemos tal visão a uma análise crítica.

Uma crítica político- ideológica: Estado, democracia e sociedade civil

Desde a origem do capitalismo, o Estado se mostrou como uma estrutura a serviço da classe dominante, da manutenção da ordem e do *status quo*. Como aponta Carnoy (1986), os fundamentos liberais do Estado tiveram sua origem e consolidação nas obras de Hobbes e Locke,

que geraram uma concepção abstrata de Estado, baseada na ação individual e tomando-o como um mal necessário ao convívio social que deveria ser limitado para evitar a ameaça, ainda que latente, à liberdade individual e à desordem social. Esta concepção, apesar das críticas recebidas no período posterior, principalmente a crítica marxista que demonstrou como o Estado serviu aos interesses burgueses e como sua ação contribui decisivamente para a produção e reprodução do capital, foi retomada de maneira original pelo imperialismo neoliberal, adaptando-a ao contexto contemporâneo sob a roupagem da neutralidade e objetividade⁴.

Desta forma, como aponta Therborn (1999, p. 83):

No que se refere á organização do aparato estatal, vivemos um processo de mercantilização do Estado; processos de desburocratização e também de destecnocratização que deixam lugar a novos mecanismos de gerência derivados de dinâmicas de mercado. Vivemos um período de nova modernização do aparato estatal capitalista. Neste sentido, devemos reconhecer o neoliberalismo como uma vanguarda da modernidade, no que se refere á organização do Estado.

Sendo assim, assumindo um papel de vanguarda que poderia propiciar ao Estado mais eficiência e garantir a liberdade individual, na verdade do capital monopolista e financeiro, a atuação do imperialismo neoliberal procurou demonizar toda e qualquer atuação estatal, contrapondo a esta os valores do mercado. Tal contraposição pode ser observada no Quadro 1:

Quadro 1 – Diferenças entre Mercado e Estado

MERCADO	ESTADO
liberdade	coerção
aberto	fechado
flexível	rígido
dinâmico, móvel	imóvel, paralisado
futuro, novidade	passado, ultrapassado
crescimento	imobilismo, arcaísmo
indivíduo, individualismo	grupo, coletivismo
diversidade, autenticidade	uniformidade, artificialidade

⁴ Para uma análise do Estado na América Latina ver, entre outros, Borón (1994); Faletto (1989); Sader e Gentile (1995); Laurell (1995).

democrático	autocrático ("totalitário")
-------------	-----------------------------

Fonte: Bourdieu e Wacquant (2004, p. 26).

Os autores sistematizam a polarização produzida para justificar o neoliberalismo, na qual o Estado é identificado apenas com elementos negativos o que, além de minarem a liberdade e o desenvolvimento, esconderia uma relação de dominação de setores burocráticos, não de classe, o que desaparece obviamente na perspectiva neoliberal. Ainda, ao mercado são associados elementos de liberdade, ação individual, crescimento e democracia, entre outros, como se os mercados fossem a melhor forma de organização e conseguisse promover justiça e igualdade, apresentando-o como um modelo ideal de sociedade, ocultando os inúmeros crimes e injustiças que promove. Nesse sentido, Bourdieu e Wacquant (2004) ressaltam que o mecanismo de afirmação do mercado (e suas supostas qualidades), em detrimento do Estado (e seus supostos defeitos congênitos), fundamenta a cultura política de nossa época em relação a estes dois elementos, constituindo o imaginário político.

Esta concepção, além de superficial e acrítica, oculta seu objetivo:

Como todas as mitologias da idade da ciência, a nova vulgata planetária apóia-se numa série de oposições e equivalências, que se sustentam e contrapõem, para descrever as transformações contemporâneas das sociedades avançadas: desinvestimento econômico do Estado e ênfase nas suas componentes policiais e penais, desregulação dos fluxos financeiros e desorganização do mercado de trabalho, redução das proteções sociais e celebração moralizadora da “responsabilidade individual” (BOURDIEU e WACQUANT, 2004, p. 25).

A visão minimalista de Estado implica na potencialização de papel repressivo, na abertura ilimitada ao capital financeiro, em uma afirmação limitada da liberdade - definida como uma ação exclusivamente individual. Nesse sentido, provoca o fortalecimento do caráter capitalista do Estado, ocultando-o sob o signo da liberdade, eficiência e responsabilidade. Porém, isto não significa que o processo de convencimento estaria completo. Pelo contrário, a afirmação do Estado mínimo implica, perigosamente, no esvaziamento da própria ação política que, por seu turno, fundamenta-se na expansão da democracia de mercado.

Isto significa que, em grande medida, os grupos dominantes aderiram à democracia, pelo menos temporariamente, imprimindo a esta uma dimensão exclusivamente mercantil e publicitária, esvaziando-a de todo conteúdo crítico ou transformador. Desta forma, a democracia passou a ser associada a um conjunto de elementos que, novamente, mascaram a realidade social: liberdade individual e direitos de expressão (amplificados para o grande capital), acompanhados de eleições e garantias contra a excessiva presença do Estado. Estes fundamentos da concepção neoliberal de democracia são constantemente reverberados através dos meios de comunicação⁵.

As dificuldades anteriormente traçadas remetem ao resgate das relações hierárquicas que a nação hegemônica tem imposto aos diversos países com desigual intensidade e com seu sucesso condicionado, entre outros elementos: à correlação de forças existentes na região e à convivência dos governantes em exercício. A incompatibilidade recorrente entre estes desígnios e as necessidades das populações se traduz nas diversas crises dos sistemas políticos de representação. Uma expressão contemporânea desses “desencontros” pode ser observada ao analisarmos as informações fornecidas pelas abrangentes pesquisas realizadas pelo Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD (2004a; 2004b; 2004c), nas quais entrevistados em 18 países da América Latina apresentam as justificativas para o não cumprimento de promessas eleitorais (Tabela 1).

É *mister* lembrar que as recorrentes mobilizações de rua, as ocupações de terras e fábricas, as interdições de estradas, as greves (gerais e setoriais, legais e ilegais), as situações insurrecionais e as guerrilhas que aconteceram no decorrer do século XX e início do XXI estão estreitamente relacionadas à persistente insatisfação de amplos setores da população com as políticas implementadas pelos governantes, se constituindo na forma mais ativa de participação política, para além e/ou a despeito da institucionalidade vigente.

Tabela 1 – Percepções sobre as razões de não cumprimento das promessas eleitorais pelos governantes na América Latina, 2002

⁵ Para uma análise crítica e ampla de tal questão ver, entre outros, Rosenmann (2007); Borón (2000); Casanova (2002); Jonhson (2006).

PERCEPCIONES SOBRE RAZONES DE INCUMPLIMIENTO DE PROMESAS ELECTORALES POR GOBERNANTES, AMÉRICA LATINA 2002	
Cumplimiento de promesas	Personas (%)
Los gobernantes cumplen con sus promesas electorales	2,3
No cumplen porque ignoran lo complicado que son los problemas	10,3
No cumplen porque aparecen otros problemas más urgentes	9,5
No cumplen porque el sistema no los deja cumplir	11,6
No cumplen porque mienten para ganar las elecciones	64,6

Fonte: PNUD (2004b, p. 49).

O processo de democratização latino-americano aqui analisado deve ser compreendido no bojo das transformações advindas da desagregação do bloco comunista, que se configura como uma ofensiva ideológica, patrocinada pela burguesia sob a bandeira de “Fim da História”. Em última instância, a partir da ótica da ideologia dominante, o referido fim da história representa o trunfo de uma única alternativa – inclusive pragmaticamente demonstrada – perante o nazismo, o fascismo e o comunismo. Dessa maneira, na senda das *verdades duradouras* (CHOMSKY, 1999), a razão dominante foi restaurada, e o capitalismo, o constitucionalismo e a democracia foram investidos com uma nova feição de *status quo*. Operou-se, então, o restabelecimento, desde suas origens nos dias do republicanismo cívico, de conceitos medulares na matriz política cotidiana, tais como cidadania e sociedade civil. No campo da sociologia contemporânea, estamos presenciando não a morte das grandes narrativas, senão ao renascimento em grande escala das narrativas da modernidade.

Essa redução nas expectativas da população pela democracia como regime dileto para resolver os problemas sociais pode estar relacionado – entre outros elementos – à outra percepção revelada nas pesquisas realizadas pelo PNUD (2004a; 2004b; 2004c). Uma segunda peça metodológica da mesma focaliza uma ronda de consultas a lideranças latino-americanas – em número de 231 –, entre os que se contam lideranças comunitárias e sindicais, ex-presidentes e presidentes. A maioria dos depoimentos contém elogios aos avanços democráticos, ao mesmo

tempo em que consideraram indispensável destacar as causas que limitam as democracias latino-americanas. Sob a denominação de *poderes fácticos*, que se referem às instituições que desempenham realmente o poder decisório em âmbito nacional – quem é que de fato exerce o poder –, para além da ordem democrático-institucional, são apresentadas, na tabela, as instâncias do exercício do poder decisório em âmbito nacional.

Tabela 2 - Os poderes fácticos na América Latina

¿QUIÉNES EJERCEN PODER EN AMÉRICA LATINA?		TABLA 53	
Poderes fácticos	Los grupos económicos/ empresarios/ El sector financiero	149	(79,7%)
	Los medios de comunicación	122	(65,2%)
Poderes constitucionales	Poder Ejecutivo	68	(36,4%)
	Poder Legislativo	24	(12,8%)
	Poder Judicial	16	(8,5%)
Fuerzas de seguridad	Las Fuerzas Armadas	40	(21,4%)
	La Policía	5	(2,7%)
Instituciones políticas y líderes políticos	Partidos políticos	56	(29,9%)
	Los políticos/ operadores políticos/ líderes políticos	13	(6,9%)
Factores extraterritoriales	EE.UU./ La embajada norteamericana	43	(22,9%)
	Organismos multilaterales de crédito	31	(16,6%)
	El factor internacional/ el factor externo	13	(6,9%)
	Empresas transnacionales/ multinacionales	9	(4,8%)

Nota: El total no suma 100% porque se permitieron respuestas múltiples.

Fonte: PNUD (2004b, p. 161).

As informações são eloquentes quanto à elevada interferência do setor empresarial-financeiro e dos meios de comunicação de massas no âmbito governamental. O condicionamento infringido pelo setor empresarial e financeiro nas decisões políticas nacionais assume diversas modalidades que se expressam através de *lobbies* e pressões que influenciam presidentes, legisladores, juízes e outros funcionários da administração pública em geral. As inúmeras denúncias de corrupção e favorecimentos em vários níveis e intensidades das camadas dirigentes

nos países latino-americanos têm evidenciado o conluio dos interesses econômicos com o poder público em detrimento dos interesses coletivos nacionais⁶.

Assim, desde a conjuntura aberta com a derrocada dos regimes burocráticos no Leste Europeu, a idéia de democracia é colocada como instrumento privilegiado para legitimar políticas anti-sociais (IANNI, 2004).

A maleabilidade do regime democrático atual é perceptível na diversidade de recursos institucionais e jurídicos que permitem exorcizar estremecimentos de todo grau. “Ao reduzir a volatilidade dos resultados econômicos e enfrentar melhor os choques negativos, em particular, [a democracia] evita que as evoluções econômicas tenham conseqüências irreversíveis sobre o destino dos setores mais desfavorecidos da população” (FITOUSSI, 2004, p. 325).

Concluí-se que as medidas tendentes a uma reforma do Estado e ao fortalecimento da democracia restrita visam enviar sinais positivos ao mercado, propiciando uma reconciliação dos seus objetivos⁷ (SOARES, 2003), pois, “es importante que la democracia sea inofensiva ante los mercados” (BORÓN, 2003a, p. 40). Com nossas análises, buscamos demonstrar que essas políticas não são ocasionais, nem tampouco fortuitas; do contrário, elas conduzem ao aumento qualitativo de gravitação do imperialismo, significando o estreitamento do controle não somente da vida econômica como também política dos países da periferia. Os traços do exercício do poder neo-colonial na região se cristalizam nos sérios indicadores de involução democrática, caracterizando-se por uma crescente “*unaccountabilty* dos governos” (BORÓN, 2002, p. 99).

Para fechar o círculo ideológico neoliberal dos valores políticos destaca-se a suposta eficiência da sociedade civil, tanto no âmbito doméstico como internacional. Assim, como aponta Villa (209), as teorias celebratórias da sociedade civil apontam que esta é uma forma superior de desenvolvimento humano, que se constitui numa esfera pública sem controle estatal e na

⁶ Os recentes episódios de corrupção que atingiram o poder executivo e legislativo no Brasil e Argentina, entre tantos outros, que têm ocupado os meios de comunicação nos últimos anos são uma pequena amostra da privatização econômica do poder público na América Latina. Ver, entre outras publicações, a Revista Novos Estudos Cebrap, n. 60 que apresenta um dossiê sobre o tema.

⁷ É importante registrar que a pesquisa, realizada pelo Latinobarómetro e analisada pelo relatório do PNUD (2004c) apresenta informações estatísticas sobre o apoio ao mercado ou ao Estado e à representação social dos latino-americanos relacionadas às questões como privatização, combate à corrupção, diminuição do gasto público e um aumento de *accountability*. Neste relatório, também é possível se deparar com um Indicador de Reforma Econômica, compondo sinteticamente: as políticas de comércio internacional, as políticas impositivas, as políticas financeiras, as privatizações e as contas de capital.

possibilidade de realização dos valores liberais, constituindo-se em uma nova forma de subjetividade social. No plano internacional, destaca-se que a sociedade civil seria o contraponto democrático à falta de transparência das instituições e governos.

Esta visão implica, geralmente, na valorização da sociedade civil como esfera pública democrática, que a realidade, no entanto, desmistifica. A crítica a esta visão se baseia na constatação de que a sociedade civil também é marcada pela divisão de classes e que nela também é gerada injustiça, exploração e dominação, como aponta Therborn (1999)⁸. Ainda, no plano internacional, verifica-se que os principais atores desta sociedade civil são determinados pelo seu poder econômico e pela reprodução de valores que, de forma alguma, questionam a lógica imperialista, mas pelo contrário a reforçam em muitos casos. Ainda, tais atores carecem de legitimidade democrática já que sua atuação é caracterizada pela ausência de consentimento (quem e como escolhe?), pela submissão às normas impostas pelos Estados centrais e pela insuficiência de mecanismos de *accountability*. Portanto, não está garantido que a exploração e a alienação geradas pelo processo de globalização sejam resolvidas através de uma vaga noção de sociedade civil (VILLA, 2009).

Conclusão

Se o século XX foi o século do imperialismo, o século XXI ainda está em aberto e sua marca dependerá da capacidade dos movimentos alternativos de construção, teórica e prática, de alternativas viáveis ao imperialismo neoliberal. Neste sentido, apesar deste balanço ser provisório, procurou-se demonstrar que a principal vitória do imperialismo neoliberal ocorreu no plano político e ideológico, com a afirmação de valores associados a determinadas concepções de Estado, Democracia e Sociedade Civil, já que economicamente mostra sinais evidentes de crise.

Desta forma, a principal tarefa do pensamento crítico é apontar como estas concepções foram constituídas e se tornaram hegemônicas e desenvolver a crítica a estas. Neste sentido, procuramos demonstrar como o Estado atua para o fortalecimento das relações capitalistas, como a democracia de mercado atende aos interesses do grande capital em detrimento da vontade popular e a sociedade civil (nacional ou internacional) contribui para a reprodução dos

mecanismos de dominação capitalista. Da crítica e do desenvolvimento de uma estratégia adequada e eficaz, principalmente no plano ideológico e político, depende o futuro das lutas antiimperialistas e anticapitalistas.

Referências

- AMIN, S. O Imperialismo: passado e presente. *Revista Tempo*, v.9, n.18, p. 77-123, 2005.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-34.
- AYERBE, L. F. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- BORÓN, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BORÓN, A. *Tras el búho de Minerva: mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- BORÓN, A. *Império e Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BORÓN, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e a decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 7-67.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. O imperialismo da razão neoliberal. [*Revista Possibilidades*](#), v. 1, n. 1, p. 24-28, 2004.
- CARNOY, Martin. *O Estado e teoria política moderna*. São Paulo: Papyrus, 1986.
- CASANOVA, P. G. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- CASANOVA, P. G. O Imperialismo, hoje. *Revista Tempo*, v.9, n.18, p. 65-75, 2005.
- CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 7-46.

⁸ Para aprofundar a discussão ver, entre outros, os textos: Restrepo (1990); Borón (1995).

- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. Neoliberalismo - neoimperialismo. *Revista Economia e Sociedade*, v.16, n.1, p. 1-19, 2007.
- FALETTI, E. La especificidad del Estado en América Latina, *Revista de la CEPAL*, n. 38, p. 69-88, 1989.
- FITOUSSI, J. P. Globalización, mercado y democracia. In: PNUD. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Contribuciones para el debate*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004. p. 311-355
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2000.
- IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- JONHSON, G. A. *A quimera democrática sob o processo de recolonização político-econômico da América Latina: O Brasil sob o Império*. Tese de Doutorado, UFSC, 2006.
- KURZ, R. *Os Últimos Combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LAURELL, A. C. (Org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Contribuciones para el debate*. Buenos Aires: Aguilar, Altea e Alfaguara, 2004a.
- PNUD - PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas*. Buenos Aires: Aguilar, Altea e Alfaguara, 2004b.
- PNUD - PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Compendio estadístico*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus e Alfaguara, 2004c.
- RESTREPO, L. A. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. *Tempo Social*, v.2, n.2, p. 61-100
- ROSENMAN, M. R. *Las Razones de la democracia en América Latina*. Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.
- SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

THERBORN, G. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 79-89.

STEIN, S. J. *A Herança Colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILLA, R. A. D. A Questão Democrática na Agenda da OEA no Pós-Guerra Fria. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 20 pp. 55-68, jun. 2003.

VILLA, R. A. D. Uma crítica às teorias celebratórias da sociedade civil internacional. In: ARAÚJO, C.; AMADEO, J. (Orgs.) *Teoria política latino-americana* São Paulo: Hucitec, 2009. p. 205-214.